

MERCADO DE TRABALHO TEM AVANÇOS, COM AUMENTO DO ASSALARIAMENTO E FORMALIZAÇÃO, MAS HÁ DESAFIOS PERSISTENTES

Apresentação

Há hoje uma opinião corrente de que empregos com carteira assinada enfrentam uma onda de desprestígio, especialmente entre os jovens, na comparação com o chamado empreendedorismo – o trabalho por conta própria ou como empregador. Os dados mais recentes sobre o mercado de trabalho, porém, mostram outra realidade. Nos últimos quatro anos, o número de assalariados cresceu em ritmo mais intenso do que outras formas de inserção ocupacional. Além disso, o assalariamento formal – emprego com carteira de trabalho assinada ou como estatutário – cresceu ainda mais fortemente. Entre os jovens, o número de assalariados formais também aumentou mais do que o dos demais ocupados.

O período também foi marcado por mudanças no ritmo da economia. Após o crescimento observado após a pandemia, o país registrou perda de dinamismo, processo que se tornou mais evidente entre o segundo e o quarto trimestre de 2025. No segundo trimestre de 2026, houve crescimento de 0,5% na comparação com os três meses anteriores. Contudo, a expansão acumulada em quatro trimestres tem desacelerado, de 3,6%, no início de



Imagem: DC Studio em Magnific

2025, para 1,9%, no segundo trimestre de 2026. A perda de fôlego se concentrou nos componentes mais sensíveis aos juros e ao crédito.

O ciclo de elevação da taxa Selic encareceu o crédito, afetou as decisões de investimento das empresas e moderou o consumo das famílias. Por outro lado, a política de valorização do salário mínimo, os ganhos obtidos nas negociações coletivas e as políticas de transferência de renda contribuíram para preservar a renda e o consumo.

Apesar da desaceleração do crescimento econômico, o mercado de trabalho permanece resiliente. Entre os segundos trimestres de 2022 e de 2026, o número total de ocupados cresceu 6,9%, enquanto o assalariamento formal (empregos com carteira), no setor privado e no público, avançou 10,4%. Em números absolutos, o setor privado com carteira criou aproximadamente 4,4 milhões de postos, enquanto o contingente de trabalhadores por conta própria teve aumento de 852 mil vagas. Chama atenção ainda o crescimento do assalariamento sem carteira no setor público, que, no segundo trimestre de 2026, contava com 818 mil trabalhadores a mais do que no segundo trimestre de 2022.

O assalariamento formal também se expandiu e alcançou diferentes segmentos da população. Em números absolutos, a ampliação dos empregos formais foi liderada por educação, saúde e serviços sociais, com cerca de 1,8 milhão de novos vínculos, todos segmentos marcados por elevada participação feminina e estreitamente relacionados às atividades de cuidado. Cerca de 2,4 milhões de postos, ou 51%, referentes ao aumento líquido dos vínculos formais no período, foram ocupados por mulheres. Entre a população negra, foram 3,4 milhões de novos vínculos, o equivalente a quase 72% das novas vagas de assalariados formais estimadas no período.

A expansão da formalização é relevante, pois amplia o acesso à previdência, às férias, ao décimo terceiro salário e a outros direitos e formas de proteção. Ao mesmo tempo, porém, a elevada informalidade persiste. No segundo trimestre de 2026, os empregados privados sem carteira ainda somavam 13,6 milhões de pessoas, enquanto as trabalhadoras domésticas sem carteira eram 4,1 milhões. Também chama atenção o crescimento do emprego público sem carteira: eram 3,5 milhões de trabalhadores no segundo trimestre de 2026, 30,4% a mais que quatro anos antes. O dado indica a formação de um bolsão de desproteção no interior do setor público.

Este Boletim analisa essas mudanças a partir da evolução do assalariamento, da formalização, da renda e dos tipos de vínculos entre os segundos trimestres de 2022 e de 2026.

Assalariamento ganha espaço no mercado de trabalho

Segundo estimativas da PnadC, do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existiam no país 96,4 milhões de ocupados no segundo trimestre de 2022. Quatro anos depois, no segundo trimestre de 2026, eram 103 milhões, crescimento de 6,9%. Esse conjunto de ocupados se inseria no mercado de trabalho por meio de diferentes posições na ocupação, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1

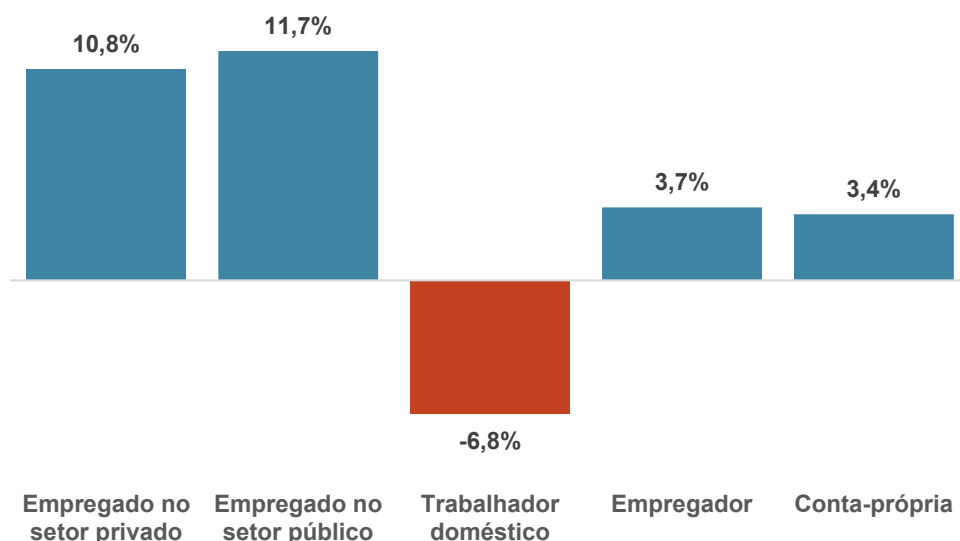
Número de ocupados segundo posição na ocupação (em mil) e variação no período (em %)
Brasil - 2º trimestres de 2022 e 2º trimestre de 2026

Posição na ocupação	2t2022	2t2026	Variação
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	35.043	39.419	12,5%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	12.786	13.568	6,1%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	1.456	1.276	-12,4%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	4.350	4.134	-5,0%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1.274	1.582	24,2%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.686	3.504	30,4%
Militar e servidor estatutário	7.693	7.932	3,1%
Assalariados	65.289	71.415	9,38%
Empregador	4.155	4.309	3,7%
Conta-própria	25.241	26.093	3,4%
Trabalhador familiar auxiliar	1.761	1.240	-29,5%
Outras posições	31.157	31.642	1,56%
Total	96.445	103.057	6,9%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Os dados acima apontam que o número de assalariados passou de 65,3 milhões, no segundo trimestre de 2022, para 71,4 milhões, no segundo trimestre de 2026. Em quatro anos, o crescimento foi de 9,4%. Já entre os demais ocupados (empregadores, conta própria e trabalhadores auxiliares familiares), a elevação ficou em apenas 1,6%. Esse resultado foi influenciado por forte redução no percentual de trabalhadores auxiliares familiares (-29,5%).

O Gráfico 1 mostra os empregados do setor privado, do setor público (militar e servidor) e os empregados domésticos, com e sem carteira, a evolução dessas formas de inserção ocupacional e as diferenças entre elas no período analisado.

Gráfico 1**Evolução do número de ocupados segundo posição na ocupação
Brasil - 2º trimestre de 2022 a 2º trimestre de 2026**

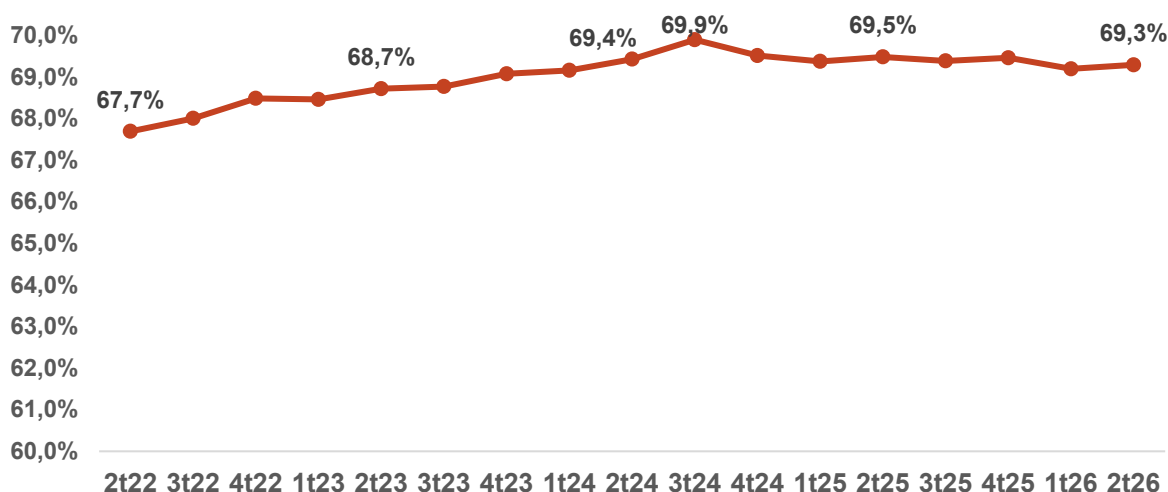
Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Para não distorcer o gráfico, não se incluiu a posição “trabalhador auxiliar familiar”, que, no período, passou por grande redução (29,5%)

Esse movimento mostra que o assalariamento ganhou espaço no mercado de trabalho. O percentual de empregados assalariados passou de 67,7%, no segundo trimestre de 2022, para 69,3%, no segundo trimestre de 2026 (Gráfico 2). Contudo, esse crescimento perdeu força mais recentemente, sobretudo depois do terceiro trimestre de 2024, quando chegou a 69,9%. É interessante observar que foi justamente entre 2023 e 2024, quando a participação dos assalariados ainda apresentava tendência de alta, que a taxa de sindicalização também aumentou, passando de 8,4% para 8,9%.

A recuperação da sindicalização ocorreu justamente entre os principais segmentos do assalariamento. Após anos de queda, as taxas de sindicalização apresentaram as maiores altas em 2024, entre empregados do setor público e privado, com carteira. Esses dois grupos de trabalhadores também reúnem a maior parte dos sindicalizados: em 2024, representavam 73,0% dos sindicalizados, o equivalente a 49,7% do total de ocupados.

Gráfico 2
Proporção de assalariados no total de ocupados
Brasil - 2º trimestre de 2022 a 2º trimestre de 2026



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Assalariamento formal cresce mais que o informal

Entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2026, o número de assalariados formais aumentou 10,4%, enquanto o de informais¹ cresceu 7,0%.

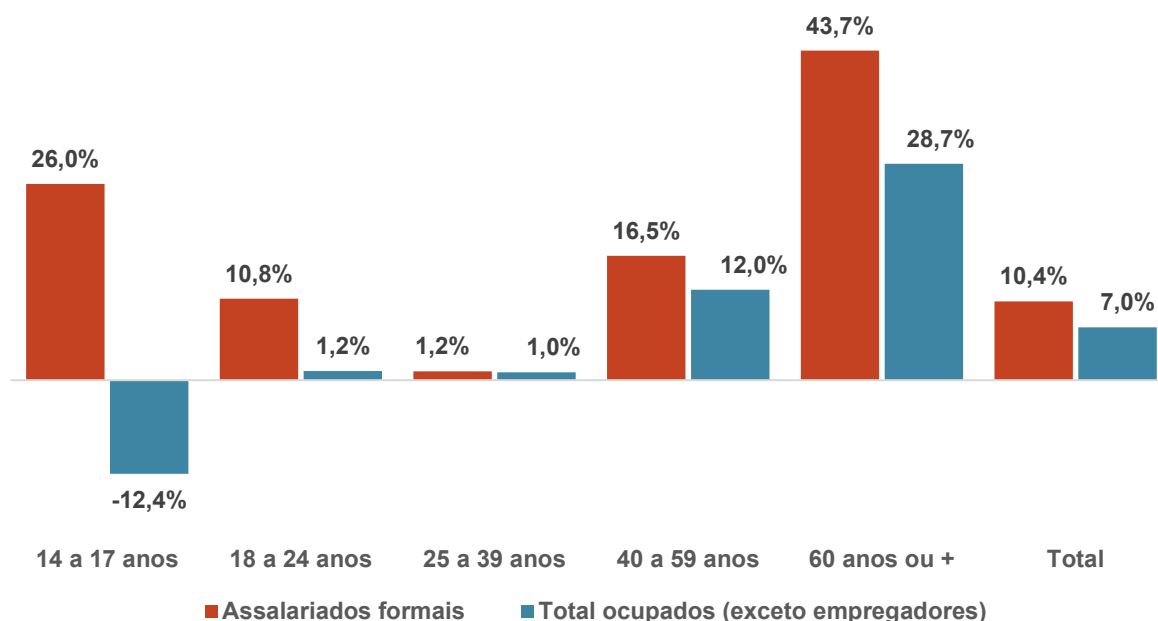
A taxa de informalidade do assalariamento flutuou em torno de 30% ao longo do período. Isso significa que cerca de três em cada 10 empregados assalariados não tinham carteira assinada. Ainda assim, os dados indicam leve redução da taxa de informalidade entre os assalariados no período.

Formalização avança entre jovens, mulheres e negros

Entre os jovens e os mais velhos, o número de assalariados formais aumentou em ritmo mais forte do que entre os demais ocupados nos últimos quatro anos. Entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2026, a quantidade de ocupados com idade entre 14 e 17 anos caiu 12,4%, enquanto a de assalariados formais aumentou 26,0%. Na faixa etária entre 18 e 24 anos, o total de ocupados cresceu 1,2% e o número de assalariados formais subiu 10,8% (Gráfico 3).

¹ São considerados empregados assalariados formais as seguintes categorias: empregado do setor privado com carteira assinada, empregado do setor público com carteira assinada, militar e servidor estatutário, trabalhador doméstico com carteira assinada. Já o grupo dos empregados assalariados informais reúne: empregado do setor privado sem carteira assinada, empregado do setor público sem carteira assinada, trabalhador doméstico sem carteira assinada.

Gráfico 3
Crescimento no número de assalariados formais e no total de ocupados (exceto “empregadores”), por faixa etária
Brasil - 2º trimestre de 2022 - 2º trimestre de 2026 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

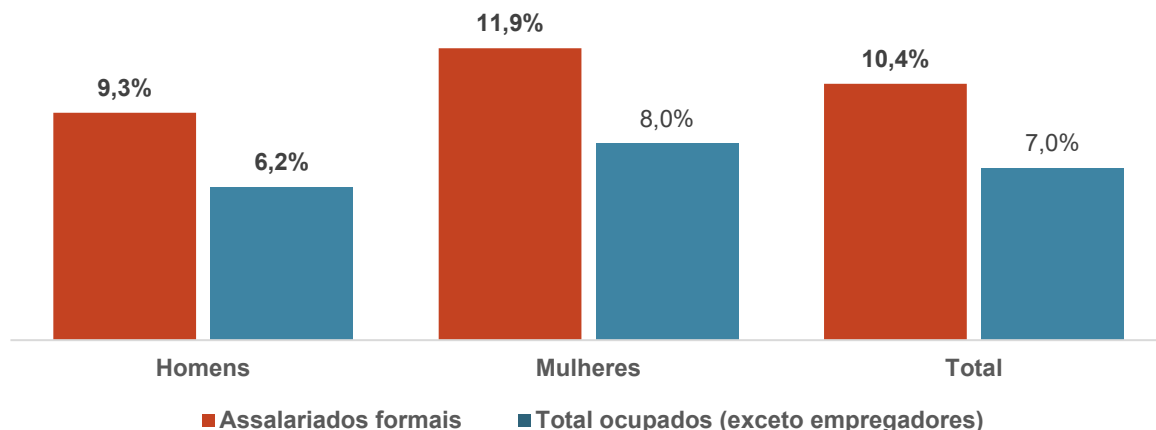
Os dados, portanto, não confirmam a ideia de que a juventude esteja abandonando a relação assalariada formal. Ao contrário, nos últimos quatro anos, aumentou a parcela de jovens que ingressa no mercado de trabalho por meio de emprego formal, seja celetista ou estatutário. Também entre pessoas mais velhas avançou a formalização. O número de ocupados com 60 anos ou mais cresceu 28,7% e o de assalariados formais nessa faixa etária registrou alta de 43,7%.

O crescimento da formalização foi menos intenso entre os chamados “adultos jovens”, pessoas de 25 a 39 anos. Nesse grupo, o aumento percentual dos assalariados formais foi muito semelhante ao do total de ocupados.

A formalização avançou de forma diferente entre as mulheres e homens e entre negros e não negros (Gráficos 4 e 5). Os dados indicam redução das desigualdades e melhora relativa da situação de segmentos sociais que tradicionalmente apresentam piores indicadores.

Gráfico 4

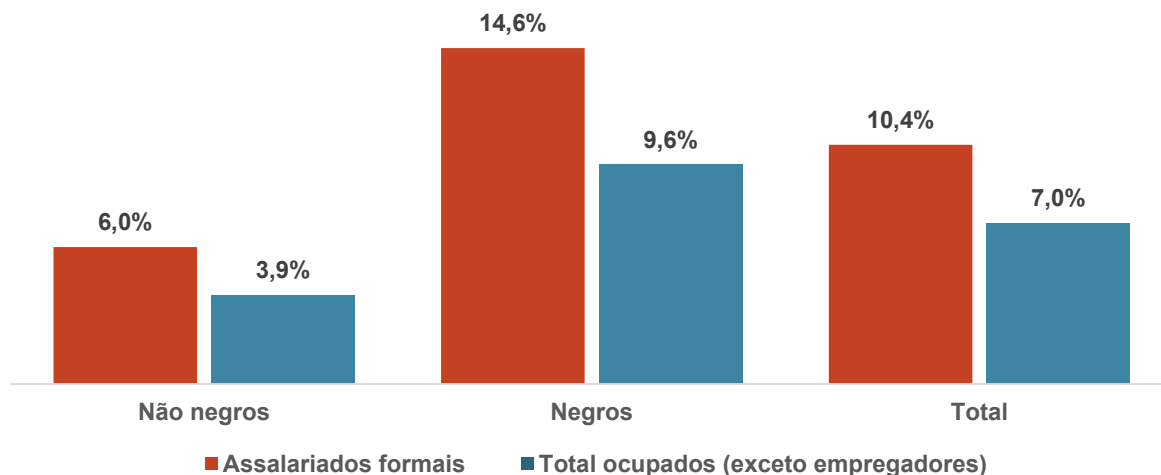
Evolução do número de assalariados formais e do total de ocupados (exceto “empregadores”), por sexo
Brasil - 2º trimestre de 2022 - 2º trimestre de 2026 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Gráfico 5

Evolução do número de assalariados formais e do total de ocupados (exceto “empregadores”), por raça/cor
Brasil - 2º trimestre de 2022 a 2º trimestre de 2026 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

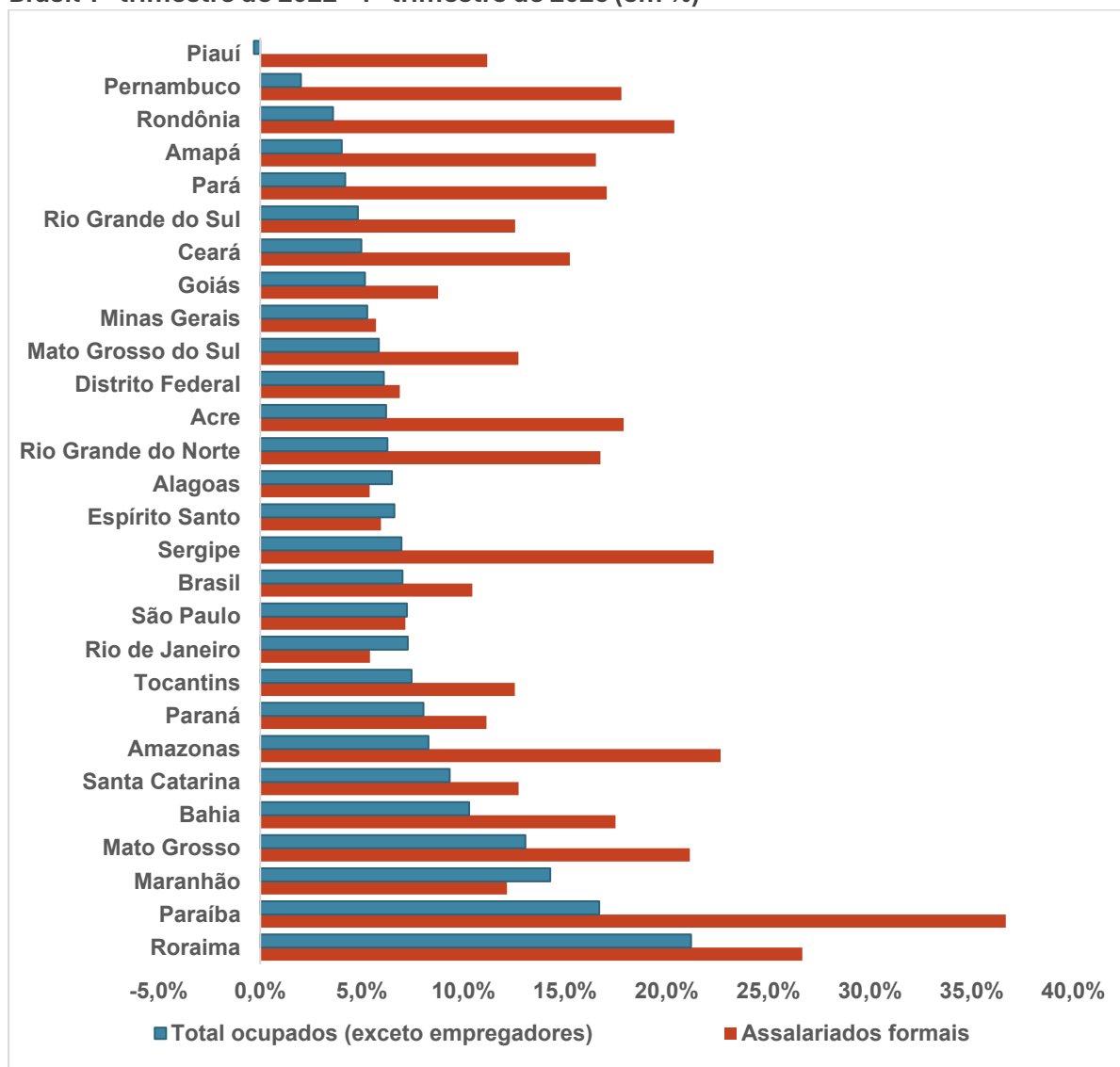
Avanço da formalização pelo país

O avanço do assalariamento formal ocorreu em todas as Unidades da Federação. Em 20 estados, cresceu mais do que o total da ocupação. Maranhão, Rio de Janeiro e Alagoas tiveram crescimento do total de ocupados superior ao número de assalariados formais (Gráfico 6), enquanto no Espírito Santo, em São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal, os dois indicadores praticamente empataram. O Piauí foi a única UF que

apresentou queda no total de ocupados, apesar de ter tido expansão do assalariamento formal.

Gráfico 6

**Crescimento no número de assalariados formais e no total de ocupados (exceto “empregadores”), por Unidade da Federação
Brasil 1º trimestre de 2022 - 1º trimestre de 2026 (em %)**



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

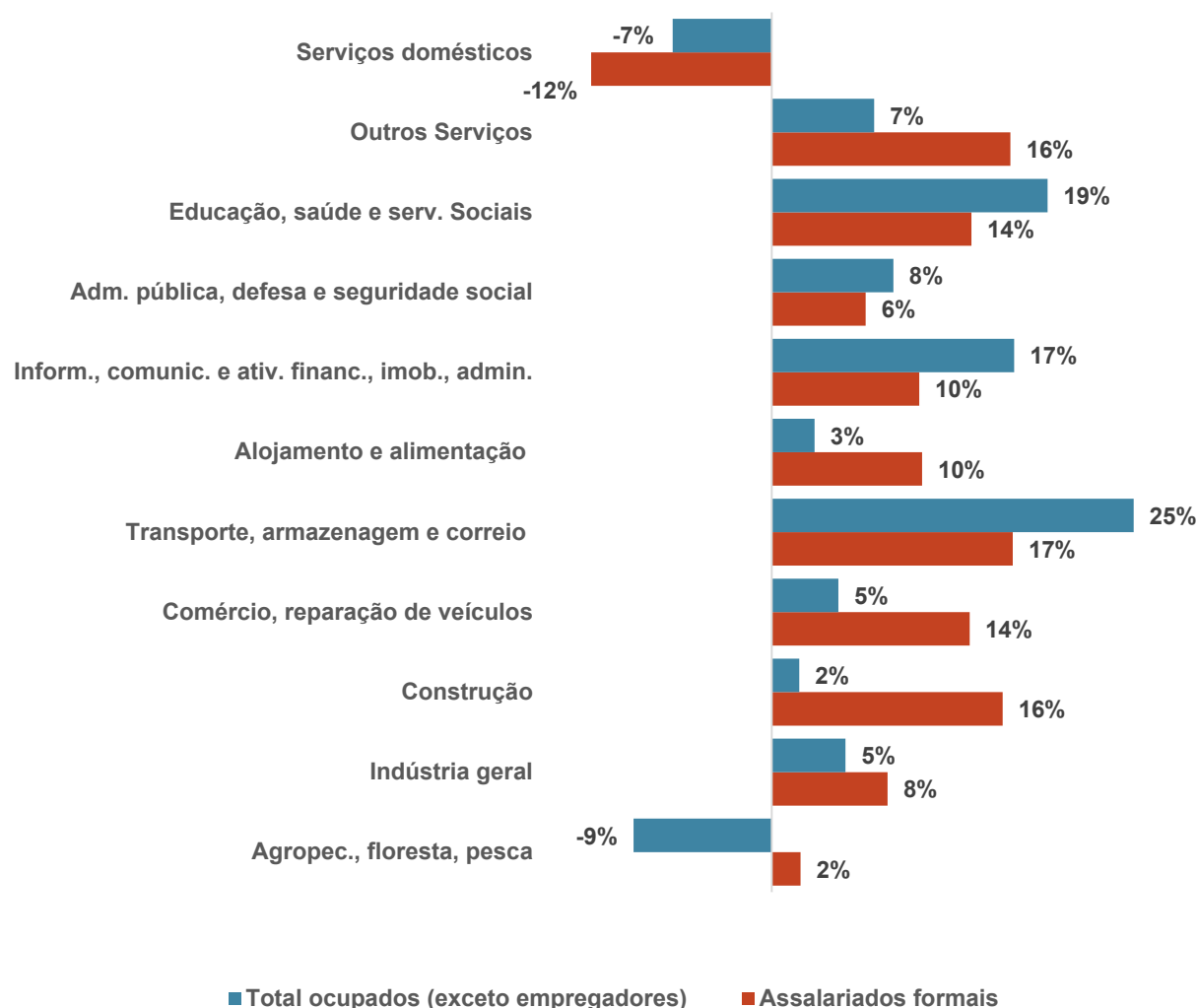
Obs.: Dados ordenados segundo a variação do “total de ocupados (exceto empregadores)”

Quando se observa o comportamento por setor de atividade, o quadro é mais diversificado. Indústria, construção, comércio, alojamento e alimentação e outros serviços registraram crescimento tanto no total dos ocupados quanto no assalariamento formal, mas o emprego formal cresceu mais nesses setores. Na agropecuária, produção florestal e pesca, a ocupação total caiu, enquanto o emprego formal aumentou. Já nos

serviços domésticos, houve queda nos dois indicadores, mais intensa entre os assalariados formais.

Gráfico 7

Crescimento no número de assalariados formais e no total de ocupados (exceto “empregadores”), por setor de atividade
Brasil - 1º trimestre de 2022 - 1º trimestre de 2026 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Não se considerou o setor de “atividades mal definidas” que conta com pequeno contingente de ocupados, mas apresentou grande crescimento, o que distorceria o Gráfico

Renda também cresce, mas de forma desigual

A renda do trabalho também cresceu no período, mas não de maneira uniforme. O rendimento médio dos ocupados aumentou 19% entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2026. Entre os empregados do setor privado com carteira, porém, o crescimento foi de 13%, enquanto entre os trabalhadores por conta própria chegou a 25%. Apesar disso, os trabalhadores com carteira continuaram recebendo, em média,

mais do que os empregados sem carteira: R\$ 3.386 contra R\$ 2.608 no segundo trimestre de 2026.

A diferença de rendimento entre formais e informais, contudo, diminuiu no período. Entre os empregados do setor privado, o rendimento médio dos trabalhadores com carteira, que era 42% superior ao dos sem carteira em 2022, passou a ser 30% maior em 2026. A redução dessa diferença não significa perda de importância da formalização, que continua proporcionando, além de rendimento médio superior, acesso a direitos trabalhistas e proteção social, mas mostra que o desafio é fazer com que a expansão do emprego formal venha acompanhada de maior valorização salarial e de empregos de melhor qualidade.

Tabela 3

Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (em R\$ de 2026)
Brasil

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Trimestre		Var.
	2º trimestre 2022	2º trimestre 2026	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	3.006,00	3.386,00	13%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	2.120,00	2.608,00	23%
Trabalhador doméstico	1.228,00	1.439,00	17%
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.743,00	1.998,00	15%
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	1.055,00	1.266,00	20%
Empregado no setor público	4.798,00	5.493,00	14%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	4.488,00	5.098,00	14%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	2.671,00	2.981,00	12%
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	5.586,00	6.673,00	19%
Empregador	7.279,00	9.148,00	26%
Conta própria	2.478,00	3.109,00	25%
Total	3.045,00	3.621,00	19%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração DIEESE

Cresce trabalho temporário em setores específicos

Os dados da PnadC IBGE também revelam um ponto que merece atenção: o crescimento do emprego temporário em alguns setores, especialmente na administração pública e em educação, saúde e serviços sociais.

No conjunto dos assalariados, a participação dos temporários praticamente não mudou no período. Eles representavam 11,6% dos assalariados no segundo trimestre de 2022 e passaram a 11,7% no segundo trimestre de 2026. Essa relativa estabilidade, contudo, encobre diferenças importantes segundo o tipo de vínculo e o setor de atividade.

O número de assalariados temporários chegou a 7,6 milhões, no segundo trimestre de 2026. Desse total, 1,7 milhão eram formais e 5,971 milhões, informais, ou seja, quase oito em cada 10 trabalhadores temporários estavam na informalidade. Assim, o trabalho temporário está fortemente concentrado entre os vínculos informais.

Tabela 2

**Composição do emprego assalariado (exceto doméstico)
segundo tipo de vínculo e de contrato
Brasil - 2º trimestre de 2022 e 2º trimestre de 2026**

Contrato	Informais		Formais		Total	
	2º trimestre 2022	2º trimestre 2026	2º trimestre 2022	2º trimestre 2026	2º trimestre 2022	2º trimestre 2026
Assalariados temporários	34,4%	35,0%	3,5%	3,5%	11,6%	11,7%
Demais contratos de assalariados	65,6%	65,0%	96,5%	96,5%	88,4%	88,3%

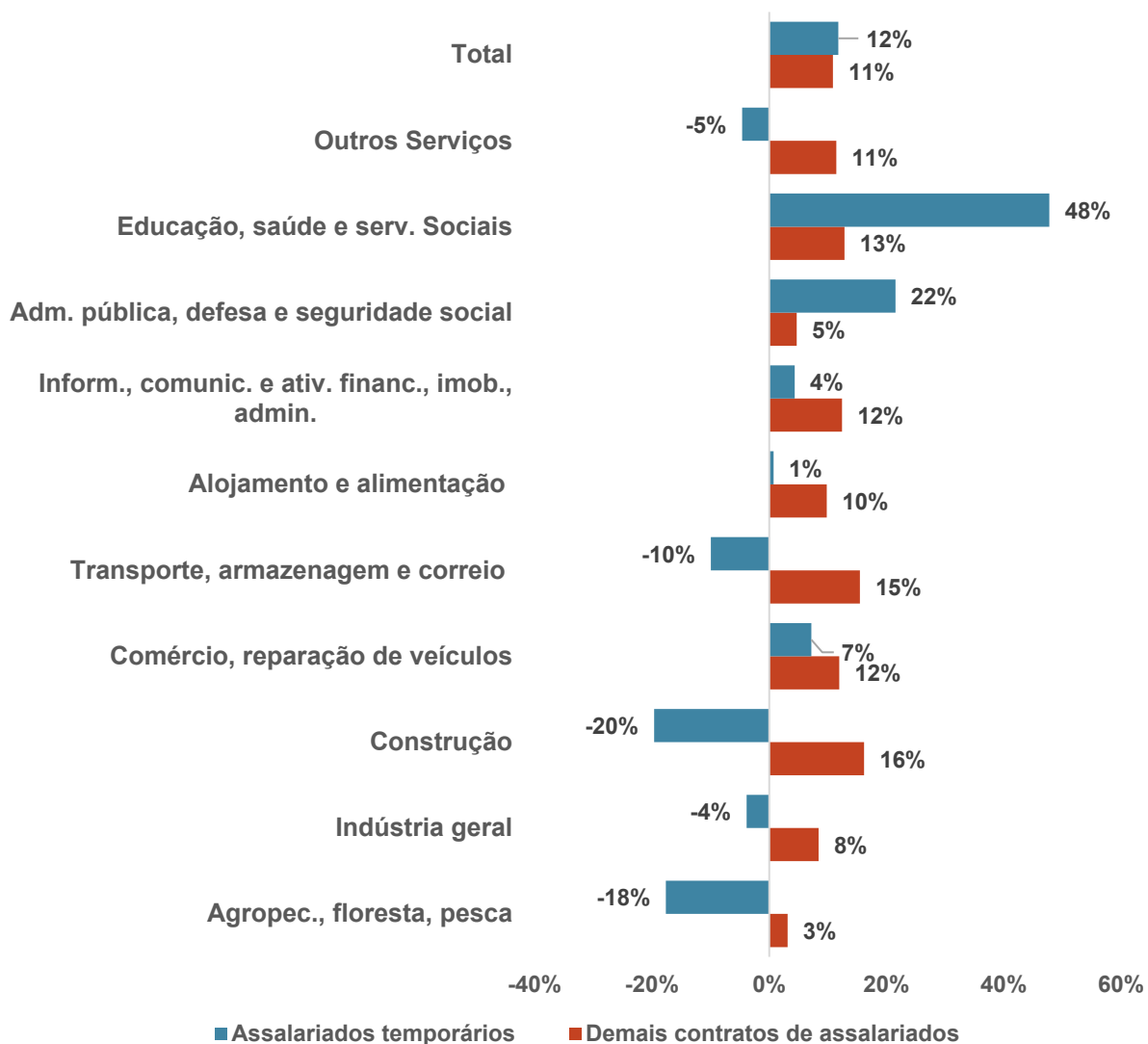
Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Não inclui empregados domésticos

A evolução por setor reforça a necessidade de se olhar além dos indicadores agregados. O crescimento do trabalho temporário não ocorreu de maneira homogênea, concentrando-se em determinadas atividades.

Gráfico 8

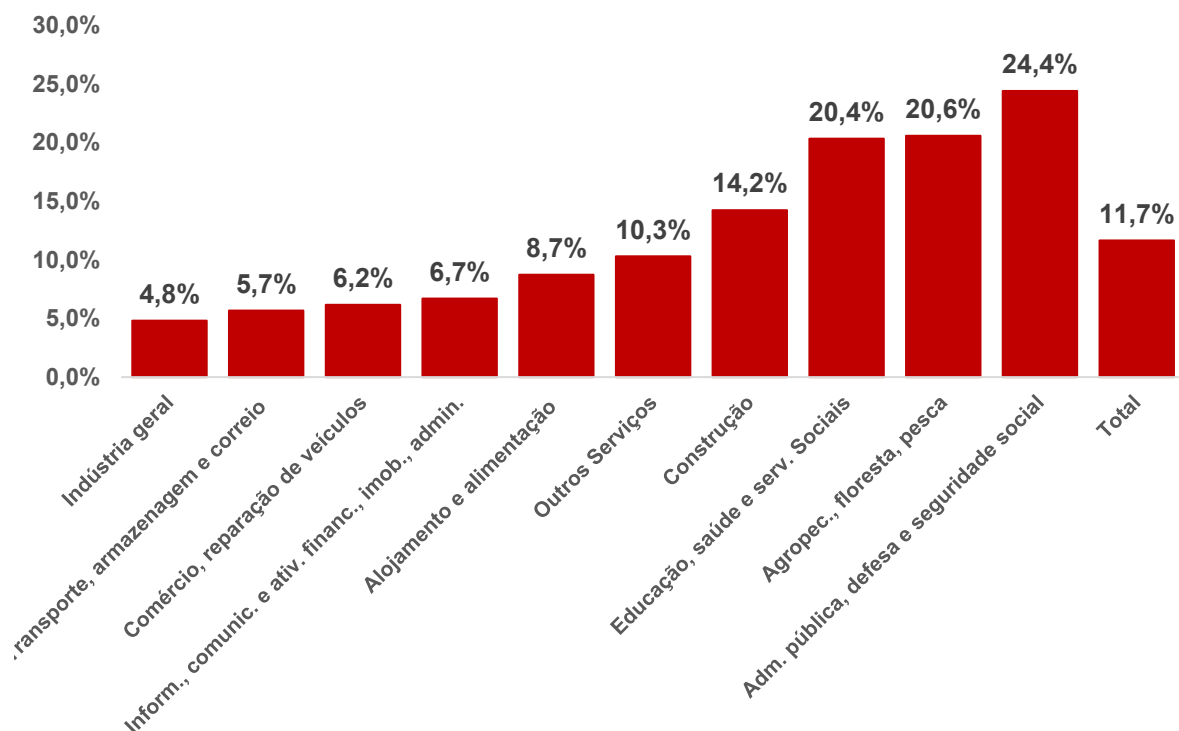
Variação no número de assalariados por tipo de contrato (temporário ou não), segundo setor de atividade
Brasil - 2º trimestre de 2022 e 2º trimestre de 2026 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Não inclui empregados domésticos

Acompanhar esse movimento é importante para avaliar não apenas quantos postos de trabalho estão sendo criados, mas também a qualidade, a estabilidade e as condições dos vínculos que acompanham a expansão do emprego.

Gráfico 9**Peso do emprego temporário no total de assalariados, segundo setor de atividade
Brasil - 2º trimestre de 2026 (em %)**

Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Não inclui trabalhadores domésticos

Considerações finais

O período entre o segundo trimestre de 2022 e o segundo trimestre de 2026 revela avanços no mercado de trabalho brasileiro, com expansão da ocupação e do assalariamento, crescimento da renda, da formalização e da cobertura de garantias e direitos. Esses avanços, porém, convivem com a permanência de elevada informalidade e com o crescimento de formas de contratação mais precárias, como emprego sem carteira e vínculos temporários, principalmente no setor público. São tendências que precisam ser acompanhadas para que não se consolidem como formas permanentes de inserção no trabalho.

O desafio para os próximos anos é, portanto, aprofundar os avanços registrados e fazer com que a expansão do assalariamento se traduza em empregos de melhor qualidade, com mais direitos, proteção e melhores condições de trabalho para todas as pessoas que precisam de ocupação remunerada. A qualidade do trabalho envolve não apenas a forma de contratação, mas também remuneração, jornada, estabilidade, proteção social, representação coletiva, segurança e oportunidades de progressão.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Edenilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliaana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Cristina Pereira Vieceli
Frederico Melo
Gustavo Monteiro
Patrícia Pelatieri
Ricardo Tamashiro